

RELATÓRIO E CONTAS

CONSTRUÍMOS A MUDANÇA

Índice

Sobre nós.....	5
Missão, Visão e Valores	6
História.....	8
Órgãos Sociais	10
Organograma	12
Certificações	14
Prémios.....	16
Obras de Referência	18
Enquadramento Macroeconómico e Sectorial	32
Situação económica nacional	32
Evolução do Sector da Construção	33
Factos Relevantes de 2025.....	33
Evolução da atividade da Teixeira Pinto & Soares, S.A.	35
Recursos Humanos	37
Proposta de Aplicação de Resultados	37
Factos relevantes após o termo do exercício	38
Dívidas à Autoridade Tributária e Segurança Social.....	38
Sustentabilidade.....	38
Perspetivas Futuras e Notas Finais	39
Anexo ao Relatório de Gestão	41
Demonstrações Financeiras e Anexo.....	43
Certificação Legas das Contas.....	101
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	106



Sobre nós

Com 29 anos de experiência e um percurso marcado pela solidez, inovação e crescimento sustentado, a TPS, S.A. afirma-se como uma das empresas de referência no setor da engenharia e construção civil em Portugal. Com sede em Amarante e delegações em Lisboa e no Algarve, a empresa desenvolve projetos em todo o território nacional, distinguindo-se pela elevada capacidade técnica, rigor de execução e compromisso com a excelência em todas as áreas em que atua.

Ao longo da sua trajetória, a TPS tem consolidado uma posição de destaque no mercado através de uma estratégia assente na inovação, na modernização contínua e na valorização do conhecimento e das pessoas. A empresa aposta fortemente na transformação digital e na implementação de soluções tecnológicas avançadas, incluindo inteligência artificial, com o objetivo de otimizar processos, aumentar a eficiência operacional e garantir maior qualidade e fiabilidade na gestão da informação e execução dos projetos.

A sustentabilidade e a responsabilidade social assumem igualmente um papel central na visão da TPS. A empresa promove práticas orientadas para a construção sustentável, eficiência energética e utilização responsável de recursos, procurando reduzir o impacto ambiental da sua atividade e contribuir para um futuro mais equilibrado e sustentável. Paralelamente, mantém um forte compromisso social, valorizando os seus colaboradores, apoiando iniciativas de desenvolvimento local e promovendo uma cultura organizacional assente na ética, segurança, inovação e responsabilidade.

Reconhecida pela confiança que transmite aos seus Clientes e parceiros, a TPS assegura elevados padrões de qualidade em todas as fases do processo construtivo, através de uma seleção criteriosa de fornecedores, materiais e equipas técnicas altamente qualificadas. Esta visão estratégica, aliada à capacidade de adaptação e à procura constante pela excelência, continua a reforçar o posicionamento da empresa como uma referência no panorama nacional da engenharia e construção civil.

Missão, Visão e Valores

MISSÃO

Melhorar continuamente o desempenho da empresa, focados numa cultura de excelência e sustentabilidade.

VISÃO

Ser referência de conhecimento e robustez no setor da construção civil nacional.

VALORES

INOVAÇÃO

Somos uma empresa orientada e vocacionada para o futuro. Adaptamo-nos à evolução do setor da construção civil procurando soluções construtivas sustentáveis e eficientes.

CONHECIMENTO

Garantimos competência cimentada em anos de experiência e profissionais qualificados e versáteis para responder a qualquer desafio.

COMPROMISSO

Asseguramos a satisfação dos clientes, colaboradores, fornecedores e outras partes interessadas, construindo uma reputação fidedigna no setor.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Comprometemo-nos a envolver as partes interessadas garantindo transparência e ética no desenvolvimento das nossas atividades, abordando os aspetos da responsabilidade social significativos refletidos na conjuntura da empresa e no nosso código de conduta.

RIGOR

Construímos com Qualidade, com respeito pelo Ambiente e pela Segurança e Saúde no Trabalho, seguindo os princípios da Responsabilidade Social, assumindo o compromisso de cumprir com os requisitos normativos, legais e regulamentos aplicáveis e outras obrigações que a empresa subscreva.

SUSTENTABILIDADE

Procuramos permanentemente novas soluções construtivas, com vista à minimização dos impactes ambientais, incluindo a proteção do ambiente, a prevenção da poluição e o desempenho ambiental.

SEGURANÇA E SAÚDE

Apostamos em métodos de trabalho que proporcionem condições de trabalho seguras e saudáveis para a prevenção de lesões e afeções da saúde relacionadas com o trabalho, assumindo o compromisso de eliminar os perigos e reduzir os riscos para a segurança e saúde no trabalho de forma conscienciosa, valorizando a participação e consulta contínua aos nossos colaboradores

PROGRESSO

Promovemos a melhoria contínua, avaliando o desempenho do Sistema Integrado de Gestão, na definição e revisão dos objetivos estabelecidos pela empresa.

História



Designação: Teixeira, Pinto & Soares, SA

Natureza Jurídica: Sociedade Anónima

Sede: Rua do Outeiro N° 677, Zona Industrial de Telões – Amarante

Delegação Lisboa: Rua Marciano Tomaz da Costa, Parque Industrial Aermigeste – Pavilhão 12 – Aqualva – Cacém

Delegação Algarve: Estrada nacional 125, Edifício Rogel Park, Fracção G, Alcantarilha

Capital Social: 10.000.000, 00 Euros

Álvara nº: 29132

Classe de Alvará: Classe 9

Órgãos Sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Presidente: Bruno Fernando Macedo Soares

Vice-Presidente: Pedro Miguel Macedo Soares

Vogal: Bruno Sérgio Pinheiro da Torre

Vogal: Domingos Miguel Rodrigues Ferreira

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente: Cristina Maria Ribeiro Gonçalves

Secretária: Ana Maria Pereira Teixeira

CONSELHO FISCAL:

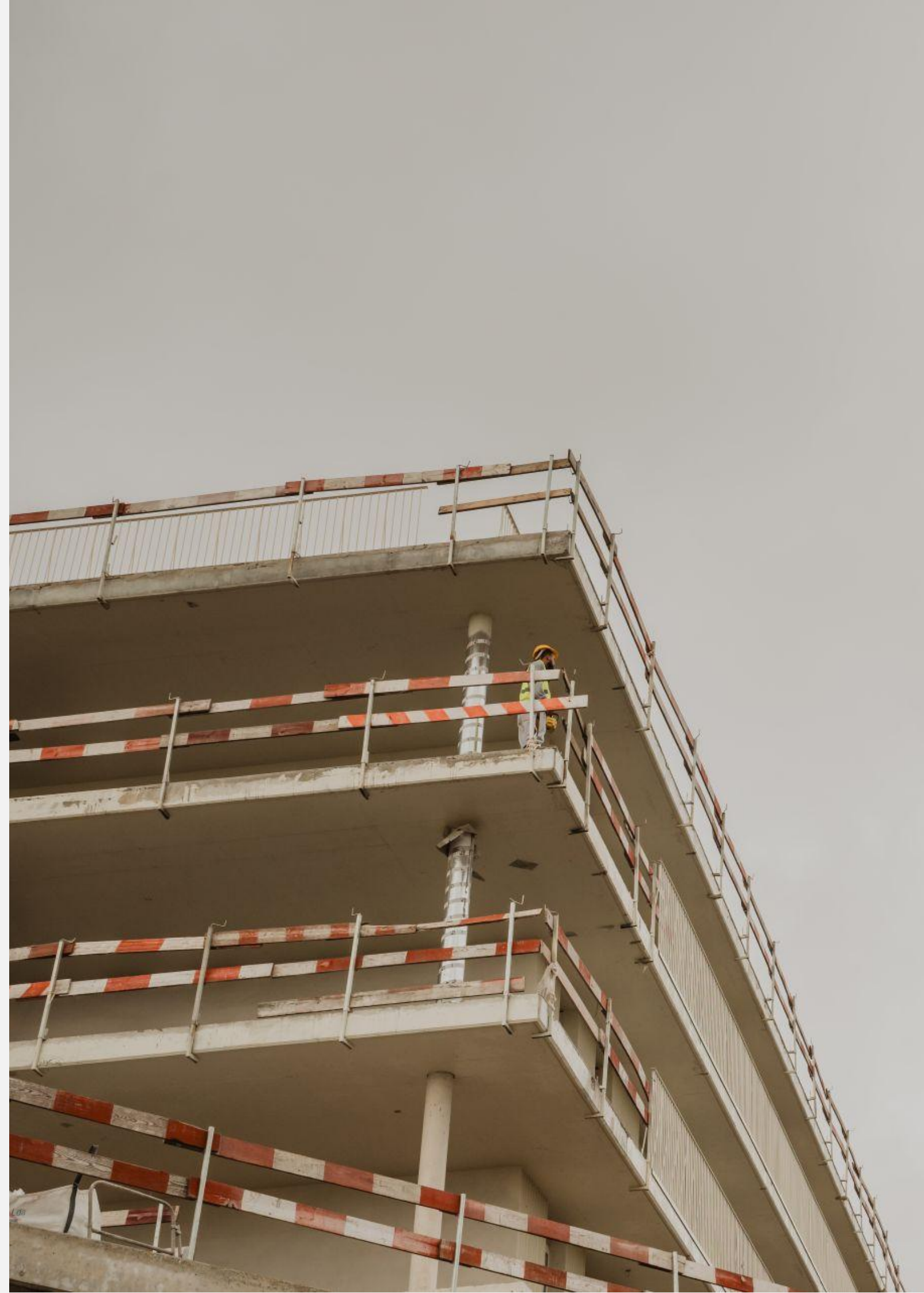
Presidente: José Davide Teixeira Cerqueira, ROC n.º 1586

Vogal: José Manuel Carvalho Dinis Carmo, ROC n.º 1599

Vogal: Bruno de Siqueira Neves, ROC n.º 1709

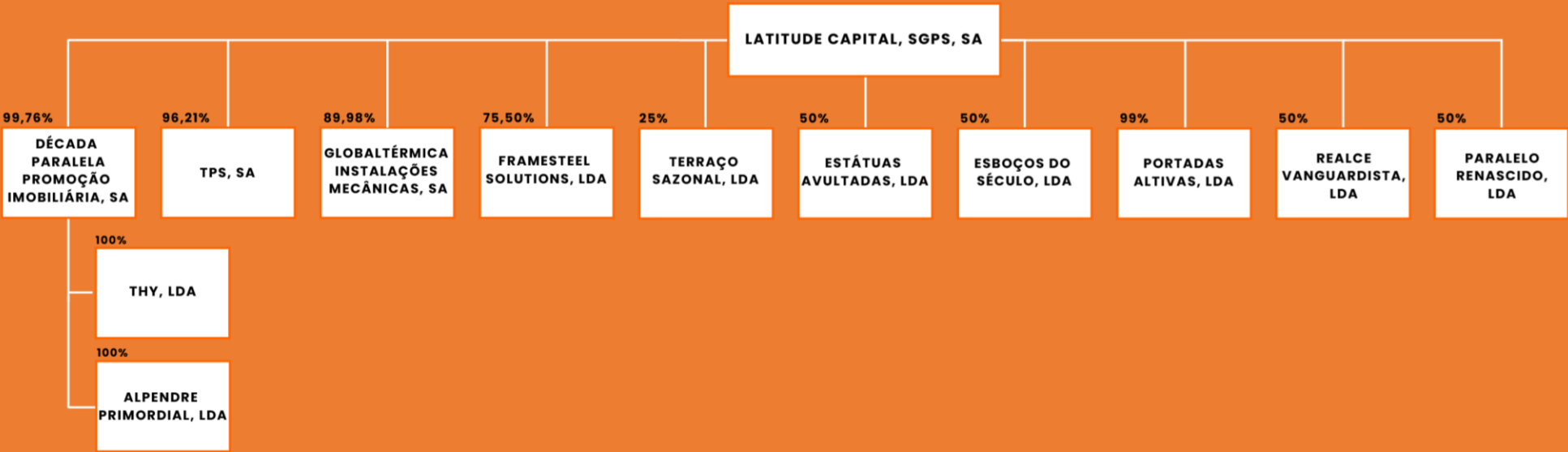
Suplente: Nuno Miguel Oliveira Ribeiro Cavadas

Veloso & Associados – SROC, Lda. representada por Óscar Rodrigues Veloso, ROC n.º 1392 e Carlos Alberto Gonçalves Pereira, ROC n.º 1867



Organograma

Empresarial



Geral



Certificações

SISTEMA DE GESTÃO DA **QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO**



SISTEMA DE **GESTÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL**



GREAT PLACE TO WORK!

82% dos nossos colaboradores afirmam que somos um excelente lugar para se trabalhar.

Great Place To Work®

Certified

NOV 2025-NOV 2026

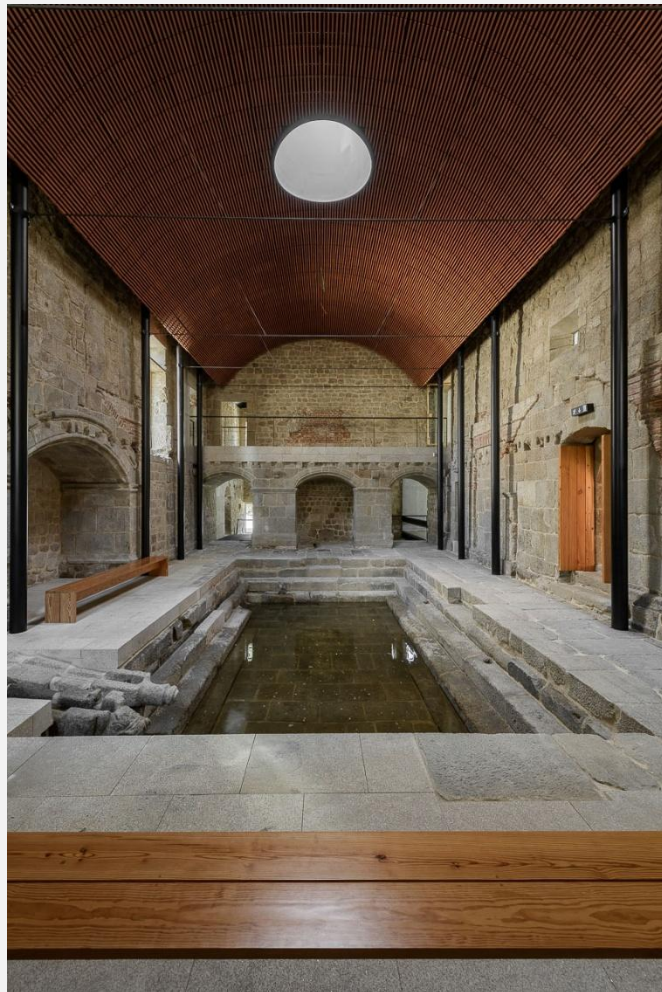
PT

TM

Prémios



Vencedor nas categorias:
**“Cidade de Lisboa” e
“Impacto Social”**



TERMAS ROMANAS DE SÃO PEDRO DO SUL



Vencedor na categoria
“Impacto Social”



TEATRO LU.CA



Vencedor na categoria
“Imobiliário – Comércio e Serviços”



CRECHE DO CONVENTO DO DESAGRAVO

An aerial photograph of a city, likely Porto, Portugal, showing a river (Douro) and a large bridge (Dom Luís I Bridge) in the background. The foreground is filled with dense, multi-story buildings with red-tiled roofs. The text "Obras de Referência 2025" is overlaid in white, bold, sans-serif font.

Obras de Referência 2025



Natura Village

O **Natura Village** é um empreendimento residencial exclusivo situado em Vilamoura, no Algarve, desenvolvido num enquadramento natural privilegiado, junto a extensas áreas verdes e campos de golfe.

Trata-se de um condomínio privado composto por moradias contemporâneas de tipologias T2 e T3, com um total aproximado de 26 unidades, pensado para proporcionar conforto, privacidade e qualidade de vida.





Lote 7 – Avenidas Forças Armadas

O Lote 7 – Avenida das Forças Armadas consistiu na construção de um conjunto habitacional composto por três blocos, com 9 pisos acima do solo, totalizando 152 fogos, distribuídos por várias tipologias, concebidas para responder às diferentes necessidades habitacionais atuais.

O empreendimento distingue-se pela sua escala, enquadramento urbano e qualidade construtiva, contribuindo de forma significativa para a requalificação e densificação equilibrada desta zona da cidade.



BIOMED – Universidade de Coimbra

O edifício **UC Biomed** da Universidade de Coimbra vai ser um novo centro dedicado à investigação científica na área das Ciências da Saúde, localizado no Polo III da universidade.

O projeto foi desenvolvido para acolher o **Instituto Multidisciplinar do Envelhecimento (MIA-Portugal)**, considerado o primeiro centro de referência do sul da Europa focado no estudo do envelhecimento.



Quinta do Almor

O Empreendimento Quina do Almor, em Vila Real, é composto por 180 apartamentos e com uma área total de construção de aproximadamente 19.500 m².

O projeto destaca-se pela sua dimensão e impacto urbano, integrando um conjunto habitacional desenvolvido para responder às atuais necessidades residenciais, através de soluções modernas, funcionais e orientadas para o conforto e qualidade de vida.

A intervenção contempla várias tipologias habitacionais, distribuídas por um empreendimento concebido para valorizar a integração urbana, a funcionalidade dos espaços e a qualidade construtiva.



Domitys Domaine Vilamoura

O **Domitys Domaine Vilamoura** é um empreendimento direcionado para o turismo residencial sénior, integrado num amplo projeto de requalificação urbana em Vilamoura.

O projeto contempla 159 apartamentos de várias tipologias, concebidos para proporcionar conforto, segurança e qualidade de vida a residentes seniores, num conceito moderno e sofisticado. Além da componente habitacional, o empreendimento incluirá também áreas de lazer, comércio e serviços, promovendo um ambiente de convívio e bem-estar.

Bairro Padre Cruz

O **Conjunto Habitacional Bairro Padre Cruz** é um projeto que criou 70 apartamentos para o realojamento da população local, além da abertura de quatro novos espaços comerciais, impulsionando o desenvolvimento económico da região.

Esta empreitada integra-se no programa de reabilitação urbana da zona de alvenarias do Bairro Padre Cruz, um dos maiores bairros sociais da Península Ibérica. A intervenção tem como objetivo melhorar as condições habitacionais, fortalecer a coesão social e promover um ambiente mais inclusivo e sustentável para a comunidade.



Enquadramento Macroeconómico e Sectorial

Situação económica internacional

A situação económica internacional no final de 2025 caracterizou-se por uma resiliência surpreendente face a um cenário de alta incerteza, marcado pela volatilidade das políticas comerciais dos EUA e tensões geopolíticas.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) aponta para um crescimento global de 3,3% em 2026 e 3,2% em 2027, face aos 3,3% estimados para 2025. As projeções do FMI apontam ainda para uma forte desaceleração do volume do comércio mundial, que deverá passar de um crescimento de 4,1% em 2025 para 2,6% em 2026, antes de recuperar para 3,1% em 2027. Também em movimento descendente deverão continuar a caminhar a taxa de inflação global, que segundo as projeções do Fundo, passará de 4,1% em 2025 para 3,8% em 2026 e 3,4% em 2027.

A economia da Zona Euro cresceu 1,5% em 2025, acelerando face aos 0,9% registados no ano anterior. Também a economia da União Europeia acelerou no ano passado, ao avançar 1,6% face aos 1,1% registados em 2024. Dados divulgados pelo Eurostat, da sua primeira estimativa de crescimento do PIB da União Europeia e Zona Euros do 4º trimestre de 2025.

Situação económica nacional

Segundo comunicado do Banco de Portugal, “a economia portuguesa deverá crescer 2% em 2025, prevendo-se uma aceleração para 2,3% em 2026, seguida de um abrandamento para 1,7% e 1,8% em 2027 e 2028, respetivamente. (...) A inflação deverá recuar para 2,2% em 2025 e 2,1% em 2026, estabilizando em 2% nos dois anos seguintes, em linha com as perfectivas para a área do euro. (...) Num enquadramento internacional marcado por tensões comerciais, apreciação do euro e incerteza

elevada, a economia portuguesa mantém um crescimento robusto. O alívio das condições financeiras, o reforço dos fundos europeus e uma política orçamental expansionista têm atenuado o impacto dos choques externos”.

Evolução do Sector da Construção

O setor da construção civil tem demonstrado uma trajetória de crescimento sólido e resiliência, consolidando-se como um pilar fundamental da economia portuguesa, com o Investimento em Construção a aumentar 5,5% e o Valor Acrescentado Bruto do setor a crescer 1,7% ambos face ao ano anterior, e segundo fonte da AICCOPN.

Apesar de tudo, o setor continua a enfrentar desafios, tanto ao nível da escassez de mão de obra qualificada, como pela pressão que subsiste sobre os custos dos fatores de produção, nomeadamente matérias-primas, energia e materiais.

As projeções para 2026 apontam para um crescimento contínuo de 4,4%, sustentado pela execução de grandes projetos de infraestruturas e pela necessidade de suprir o défice habitacional estimado em quase meio milhão de moradias.

Segundo fonte da AICCOPN, “no mercado das Obras Públicas, o ano de 2026 arrancou sob pressão. O valor global dos concursos promovidos registou uma quebra de 49%, sinalizando um abrandamento do investimento público.”

Factos Relevantes de 2025

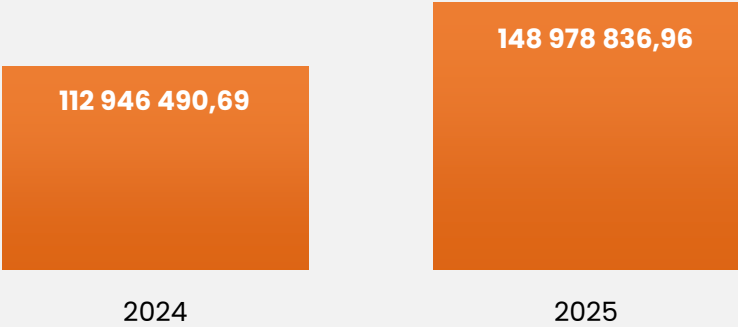
A Teixeira, Pinto & Soares, S.A. reforçou a sua posição no mercado, tendo em 2025, uma carteira de obras de 268,7 milhões de euros, com um valor médio de 11,5 milhões de euros. Conseguiu durante o ano obras de referência, designadamente: Empreitada geral do empreendimento AURYA – Fase 2B, constituído por quatro edifícios para habitação, Loures – Desfecho Erudito, Unipessoal, Lda., Empreitada de construção do conjunto habitacional Varandas do Sado, Setúbal – I.H.R.U, The Court, Lagoa – Carvoeiro Branco, Lda., Urbanização CHESGAL, Lagos – Município de Lagos, Empreitada geral do empreendimento AURYA – Fase 2B-2 – Desfecho Erudito, Unipessoal, Lda., entre outras.

Em 2025, a Teixeira, Pinto & Soares, S.A. continuou, à semelhança do que já tinha acontecido no ano anterior, a trabalhar no sentido de aumentar o valor médio das empreitadas. A 31-12-2025, tinha 15 obras adjudicadas pelo valor acumulado de 188,7 milhões de euros, sendo o valor médio por adjudicação de 12,6 milhões de euros. O envolvimento com o Setor Privado aumentou também em 2025, passando a representar 52% do valor das Obras em Carteira. Em 2025, foram adjudicadas três obras de referência na região Sul, permitindo consolidar a presença da Teixeira, Pinto & Soares, S.A. nesta zona.

A Teixeira, Pinto & Soares, S.A., em 2025, conseguiu a certificação de Great Place to Work.

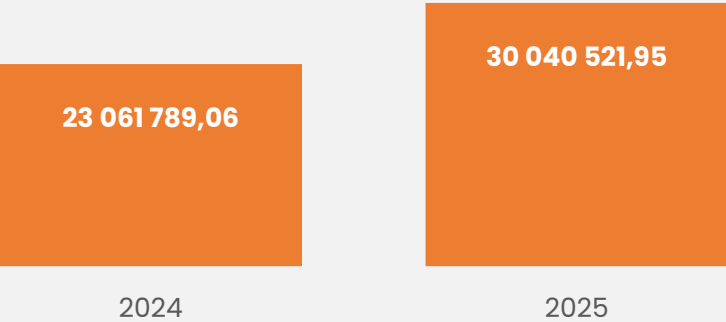
A Teixeira, Pinto & Soares, S.A. fechou o ano com um volume de negócios de 149 milhões de euros, apresentando um aumento de cerca de 32% face a 2024.

Volume de Negócios



O desempenho foi positivo, com especial relevo para o reforço contínuo dos capitais próprios, em consonância com a estratégia de autossustentabilidade definida.

Capital Próprio



Evolução da atividade da Teixeira Pinto & Soares, S.A.

Em 2025, a Teixeira, Pinto & Soares, S.A. apresentou um volume de negócios de 149 milhões de euros, registando um aumento face ao ano transato de aproximadamente 32% (2024: 112,9 milhões de euros).

Resultado das operações	2025		2024
	Valor	Variação face ao período anterior %	Valor
Volume de negócios	148 978 836,96	32%	112 946 490,69
Outros rendimentos e outros gastos	739 257,42	-13%	845 635,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	11 207 248,21	23%	9 101 538,73
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1 141 244,83	25%	-914 506,51
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00		0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	10 066 033,38	23%	8 187 032,22
Juros e rendimentos similares obtidos e juros e gastos similares suportados	-140 920,56	-18%	-172 842,80
Resultados antes de impostos	9 925 082,82	24%	8 014 189,42
Imposto sobre o rendimento do período	-1 946 349,93	-6%	-2 070 521,94
Resultado líquido do período	7 978 732,89	34%	5 943 667,48

O resultado líquido da Teixeira, Pinto & Soares, S.A. ascendeu a 7.978.732,89 euros, tendo registado um significativo aumento face ao período homólogo (34%).

O total do ativo ascendeu a 90.305.948,63 euros, o total do capital próprio aumentou para 30.040.521,95 euros, e o total do passivo ascendeu a 60.265.426,68 euros.

A Teixeira Pinto & Soares, S.A. apresentou em 2025 rácios de estrutura e de liquidez robustos – autonomia financeira de 33,27%, solvabilidade de 49,85%, liquidez geral de 130,57% e reduzida de 130,47%, demonstrando a solidez e a boa performance financeira do ano em análise.

Rácios de estrutura	Autonomia financeira	33,27%
	Solvabilidade	49,85%
Rácios de liquidez	Liquidez geral	130,57%
	Liquidez reduzida	130,47%

Recursos Humanos

No final do exercício de 2025, a Teixeira, Pinto & Soares, S.A. empregava 241 colaboradores. Os custos com pessoal ascenderam a 12.139.935,58 euros, aumentando cerca de 35% face ao ano transato.

Recursos humanos	2025	2024
Número de trabalhadores no final do período	241	201
Número médio de trabalhadores ao longo do período	236	191
Idade média dos trabalhadores	40	41
Horas de formação totais	5812	4.125,5
Média de horas de formação por trabalhador	24	21
Gastos com o pessoal (€)	12.139.935,58	8.995.288,24
Gastos médios por trabalhador (€)	51.440,41	47.095,75
Total de acidentes de trabalho	7	10
Média de acidentes de trabalho por trabalhador	2,97%	5,24%

Proposta de Aplicação de Resultados

A Administração propõe que ao resultado líquido do exercício no montante de 7.978.732,89 euros, seja dada a seguinte aplicação:

Reservas legais	398.936,64 euros
Reservas livres	7.579.796,25 euros

Factos relevantes após o termo do exercício

Não ocorreram quaisquer factos relevantes após o fecho das contas em 31 de dezembro de 2025.

Dívidas à Autoridade Tributária e Segurança Social

A Teixeira, Pinto & Soares, S.A., tem a sua situação devidamente regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social, não possuindo nenhuma dívida em mora perante estas entidades.

Sustentabilidade

A Teixeira, Pinto & Soares, S.A. (TPS) integra a sustentabilidade no desenvolvimento da sua atividade como expressão de uma gestão responsável e orientada para o futuro. Esta abordagem reflete o compromisso da empresa com a criação de valor sustentável, assente numa visão de longo prazo e na adoção de práticas que promovem a robustez, a credibilidade e a continuidade do negócio.

Este compromisso desenvolve-se num contexto europeu marcado por uma profunda evolução do enquadramento regulamentar em matéria de sustentabilidade. A Diretiva de Relato de Sustentabilidade Corporativa (Corporate Sustainability Reporting Directive - CSRD), o Regulamento da Taxonomia e o Regulamento de Divulgação de Finanças Sustentáveis estabeleceram novos padrões de transparência, comparabilidade e responsabilização no reporte não financeiro. Mais recentemente, a adoção do Pacote Omnibus pela Comissão Europeia veio introduzir uma abordagem assente na simplificação e na proporcionalidade, clarificando requisitos e ajustando o esforço de reporte ao impacto económico, social e ambiental efetivo das organizações.

É neste enquadramento que o Relatório de Sustentabilidade referente ao exercício de 2025 é elaborado com âmbito consolidado de Grupo, em colaboração com a PricewaterhouseCoopers (PWC), abrangendo as entidades Teixeira, Pinto & Soares, S.A.,

Globaltermica, Instalações Mecânicas, S.A., Framesteel Solutions, Lda., e Decada Paralela - Promoção Imobiliária, SIC Imobiliária Fechada, S.A. O exercício de reporte relativo ao ano de 2025 traduz uma evolução relevante na maturidade das práticas de sustentabilidade da empresa, nomeadamente ao nível da identificação de temas materiais, da recolha e sistematização de indicadores ESG e do alinhamento progressivo com os referenciais europeus aplicáveis, tendo sido elaborado em conformidade com as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS).

Perspetivas Futuras e Notas Finais

A implementação de políticas sustentáveis, alicerçadas nos valores e na missão da Teixeira, Pinto & Soares, S.A., garante uma linha orientadora para que o futuro seja desafiado com audácia, não obstante os impactos negativos provocados pelos conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente, pela crise energética, pelas políticas monetárias restritivas para conter a inflação, e pelas políticas restritivas do governo do Estados Unidos.

A Administração considera que os resultados obtidos a todos os níveis pela empresa reforçam a sua estabilidade, sendo de realçar a posição cada vez mais forte no mercado com uma carteira de obras atualmente contratada na ordem de 291 milhões de euros.

Os objetivos propostos pela Administração para o ano de 2026, são:

- ✓ Obras em Carteira: 353 milhões de euros
- ✓ Obras Adjudicadas: 250 milhões de euros
- ✓ Faturação: 187 milhões de euros

A Administração não poderia concluir sem deixar o seu reconhecimento a todos os colaboradores, pelo profissionalismo e contínua dedicação; aos clientes, instituições financeiras e fornecedores, pelo notável contributo evidenciado.

Outras informações

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2025, a empresa não efetuou quaisquer transações com ações próprias, não existindo ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2025.

Nos termos do Artigo 66.º, n.º 5, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais, a empresa não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que não há qualquer informação a divulgar em sede do n.º 5, alínea e) do Artigo 66.º do mesmo Código.

Amarante, 27 de março de 2026

A Administração

ANEXO AO
RELATÓRIO DE GESTÃO

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO NO CAPITAL DA EMPRESA
(De acordo com o disposto no artigo 447.º do Código das sociedades Comerciais)

Em 2025, não se verificaram quaisquer transações de ações, seguindo-se a posição a 31-12-2025:

Membros do Conselho de Administração	Posição em 31-12-2025
Bruno Fernando Macedo Soares	37.500
Pedro Miguel Macedo Soares	37.500
Pertencente a conjugue Cristina Maria Ribeiro Gonçalves	250
Pertencente a sociedade de que são administradores Latitude Capital, SGPS, S.A.	1.924.250

O Conselho Fiscal composto por José Davide Teixeira Cerqueira, José Manuel Carvalho Dinis Carmo, Bruno de Siqueira Neves, Nuno Miguel Oliveira Ribeiro Cavadas e Veloso & Associados – SROC, Lda., não detinham quaisquer ações a 31-12-2025, nem efetuaram qualquer transação durante o ano de 2025.

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS E ANEXO

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Euros)			
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-25	31-dez-24
ATIVO			
Ativo não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	7 279 626,94	5 594 528,98
Ativos intangíveis	7	48 190,95	27 888,20
Outros investimentos financeiros	22	3 702 935,25	2 353 752,21
Créditos a receber	16.4	2 100 000,00	5 342 000,00
Capital subscrito e não realizado	16.5	2 750 000,00	2 750 000,00
Ativos por impostos diferidos	16	383 270,54	260 978,11
		16 264 023,68	16 329 147,50
Ativo Corrente			
Inventários	10	59 982,69	122 610,70
Clientes	16.1	45 249 840,82	29 898 283,68
Estado e outros entes públicos	15	1 185 797,03	2 256 199,36
Outros créditos a receber	16.4	18 840 713,89	13 966 434,43
Diferimentos	23	671 496,17	564 774,74
Caixa e depósitos bancários	5	8 034 094,35	12 350 450,76
		74 041 924,95	59 158 753,67
Total do ativo		90 305 948,63	75 487 901,17
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	16.5	10 000 000,00	10 000 000,00
Reservas legais		959 122,44	661 939,07
Outras reservas		10 924 256,44	6 277 772,33
Resultados transitados		178 410,18	178 410,18
		22 061 789,06	17 118 121,58
Resultado líquido do período		7 978 732,89	5 943 667,48
Total do capital próprio		30 040 521,95	23 061 789,06
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões	13	1 464 230,02	1 208 746,89
Financiamentos obtidos	16.6	2 095 308,64	2 325 015,54
		3 559 538,66	3 533 762,43
Passivo corrente			
Fornecedores	16.3	18 750 513,69	20 866 405,58
Adiantamentos de clientes	16.2	79 612,91	181 448,78
Estado e outros entes públicos	15	856 529,52	1 581 340,11
Financiamentos obtidos	16.6	1 859 874,44	1 282 394,16
Outras dívidas a pagar	16.4	5 008 139,84	3 303 977,85
Diferimentos	23	30 151 217,62	21 676 783,20
		56 705 888,02	48 892 349,68
Total do passivo		60 265 426,68	52 426 112,11
Total do capital próprio e passivo		90 305 948,63	75 487 901,17

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Euros)			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	12.2	148 978 836,96	112 946 490,69
Subsídios à exploração	12.2	14 528,43	3 948,48
Trabalhos para a própria entidade		1 761,14	8 846,20
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-20 803 155,62	-16 472 669,94
Fornecimentos e serviços externos	19	-105 042 583,15	-79 013 409,90
Gastos com o pessoal	18	-12 139 935,58	-8 995 288,24
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	0,00	586,80
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	16.1+16.4	-263 354,95	82 249,73
Provisões (aumentos/reduções)	13	-255 483,13	-206 208,01
Aumentos/reduções de justo valor	22.1	-22 623,31	-98 642,08
Outros rendimentos	12.2+20	1 057 880,28	1 102 124,58
Outros gastos	21	-318 622,86	-256 489,58
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		11 207 248,21	9 101 538,73
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7+8	-1 141 244,83	-914 506,51
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		10 066 003,38	8 187 032,22
Juros e gastos similares suportados	24	-140 920,56	-172 842,80
Resultado antes de impostos		9 925 082,82	8 014 189,42
Imposto sobre o rendimento do período	15	-1 946 349,93	-2 070 521,94
Resultado líquido do período		7 978 732,89	5 943 667,48

Resultado por ação básico	3,99	2,97
---------------------------	------	------

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Euros)			
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		147 171 498,69	108 730 046,51
Pagamentos a fornecedores		-134 022 796,61	-92 893 906,27
Pagamentos ao pessoal		-8 575 372,26	-6 442 013,24
Caixa gerada pelas operações		4 573 329,82	9 394 127,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-2 894 373,01	-832 395,58
Outros recebimentos/pagamentos		-841 683,32	-566 040,60
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]		837 273,49	7 995 690,82
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-1 772 757,69	-1 257 986,51
Ativos intangíveis		-35 335,78	-22 478,53
Investimentos financeiros		-1 500 000,00	
Outros ativos		-1 230 000,00	-4 404 000,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		93 218,52	25 892,26
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		128 193,65	54 199,02
Outros ativos		962 125,00	3 862 000,00
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		214 356,43	176 023,50
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]		-3 140 199,87	-1 566 350,26
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		2 387 905,47	5 003 931,95
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-3 249 154,36	-5 965 094,73
Juros e gastos similares		-145 563,62	-178 953,44
Dividendos		-1 006 617,52	-2 747 260,78
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]		-2 013 430,03	-3 887 377,00
Variações de caixa e seus equivalentes [1]+[2]+[3]		-4 316 356,41	2 541 963,56
Efeito das Diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		12 350 450,76	9 808 487,20
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.2	8 034 094,35	12 350 450,76

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2024

Montantes expressos em EUROS														
MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedente de revalorização	Ajustamento s/(Outras variações no Cap.próprio	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	TOTAL do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	6	10 000 000,00				439 914,4	4 794 567,38	178 410,18			4 454 952,58	19 867 121,58		19 867 121,58
Alterações no período:														
Primeira adoção do referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de dem.financieiras														
Realização de excedentes de revalorização														
Excedentes de revalorização														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no Cap.Próprio						222 747,63	4 232 204,95				(4 454 952,58)			
Resultado líquido do período	7					222 747,63	4 232 204,95				(4 454 952,58)			
Resultado integral	8										5 943 667,48	5 943 667,48		5 943 667,48
Operações c/detentores de Cap.Próprio:	9 = 7+8										1488 714,90	5 943 667,48		5 943 667,48
Subscrições de capital														
Subscrições de prémios de emissão														
Distribuições							(2 749 000,00)					(2 749 000,00)		(2 749 000,00)
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	10						(2 749 000,00)					(2 749 000,00)		(2 749 000,00)
	6+7+8+10	10 000 000,00				661939,07	6 277 772,33	178 410,18			5 943 667,48	23 061 789,06		23 061 789,06

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2025

M ontantes expressos em EUROS														
MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedente de revalorização	Ajustamento s/Outras variações no Cap.próprio	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	TOTAL do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INICIO DO PERIODO 2024	6	10 000 000,00				661939,07	6 277 772,33	178 410,18			5 943 667,48	23 061789,06		23 061789,06
Alterações no período:														
Primeira adopção do referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de dem.financeiras														
Realização de excedentes de revalorização														
Excedentes de revalorização														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no Cap.Próprio						297 183,37	5 646 484,11				(5 943 667,48)			
	7					297 183,37	5 646 484,11				(5 943 667,48)			
Resultado líquido do período	8										7 978 732,89	7 978 732,89		7 978 732,89
Resultado integral	9 = 7+8										2 035 065,41	7 978 732,89		7 978 732,89
Operações c/detentores de Cap.Próprio:														
Subscrições de capital														
Subscrições de prémios de emissão														
Distribuições							(1000 000,00)					(1000 000,00)		(1000 000,00)
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
	10						(1000 000,00)					(1000 000,00)		(1000 000,00)
POSIÇÃO NO FIM DO PERIODO 2024	6+7+8+10	10 000 000,00				959 122,44	10 924 256,44	178 410,18			7 978 732,89	30 040 521,95		30 040 521,95

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1. Identificação da entidade

Designação: Teixeira, Pinto & Soares, S.A.

Sede Social: Rua do Outeiro, N.º 677, Zona Industrial de Telões 4600-758 Amarante

Capital Social: 10.000.000,00 euros

N.º Contribuinte e registo na conservatória: 503 864 960

Objeto Social: Construção e reparação de edifícios. Prestação de serviços de engenharia civil, tais como; construção de estradas, pontes, túneis, pistas de aeroportos e vias férreas, construção de redes de transporte de águas, de esgotos, de distribuição de energia, de telecomunicações e de outras redes, construção de outras obras de engenharia civil. Prestação de serviços em atividades especializadas de construção, tais como; demolição e preparação dos locais de construção. Atividades de comercialização, instalação e ou manutenção de equipamentos e sistemas de segurança contra incêndios em edifícios (SCIE), nomeadamente, portas e envidraçados resistentes ao fogo e ao fumo, e seus acessórios, sistemas de compartimentação e revestimentos contra incêndio, sistemas automáticos e dispositivos autónomos de deteção de incêndio e gases, sistemas e dispositivos de controlo de fumo, extintores, sistemas de extinção por água, sistemas de extinção automática por agentes distintos da água e água nebulizada, e sinalização de segurança.

C.A.E.: 41000-R4 Construção de Edifícios (Residenciais e não Residenciais).

A sociedade foi constituída em 09 de abril de 1997 sob a forma de sociedade por quotas.

Em assembleia geral de 01 de dezembro de 2015, foi aprovada a transformação da sociedade em anónima.

A Teixeira, Pinto & Soares, S.A. integra um grupo cuja empresa-mãe é a sociedade Latitude Capital, SGPS, S.A., com a mesma sede, a qual elabora contas consolidadas.

As presentes demonstrações financeiras da empresa são as suas demonstrações financeiras individuais.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Sistema de Normalização Contabilística

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas legais que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações particulares da empresa são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foi derogada qualquer disposição do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

A empresa adotou pela primeira vez as NCRF no exercício de 2010, ano da entrada em vigor do SNC.

O SNC foi alterado em 2015, com efeitos a partir de 01-01-2016, o que implicou a utilização de novos modelos das demonstrações financeiras. As alterações resultantes foram tratadas de forma prospetiva.

4. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

4.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

4.1.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente

aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 01 de janeiro de 2010 encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de fatura, despesas relacionadas com a aquisição e todas as despesas indispensáveis para colocar o ativo em condições de utilização e pronto para uso.

As depreciações são calculadas tendo por base a quantia depreciable dos bens pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil e imputadas aos resultados do período numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual é determinada tendo em consideração o período esperado de utilização do ativo.

Os custos de manutenção/reparação que não aumentem a vida útil dos ativos são contabilizados como gasto do período em que ocorrem.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimadas:

	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	20 anos
Equipamento básico	Entre 2 e 8 anos
Equipamento de Transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 2 e 8 anos

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

4.1.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, a partir do método de quotas constantes, aplicado anualmente a partir da entrada em funcionamento dos bens, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a amortização total do bem durante a sua vida útil estimada. Não é considerada qualquer quantia residual.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de depreciações e de amortizações”.

4.1.3. Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os contratos de locação em que a Empresa age como locatário são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais:

Os pagamentos efetuados pela empresa à luz dos contratos de locação operacional são registados como gasto do período a que dizem respeito.

Locações financeiras:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e as respetivas responsabilidades como passivo pelo valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação e são contabilizados como gasto do exercício na demonstração dos resultados.

4.1.4. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento encontram-se registadas ao custo de aquisição, incluindo os custos da transação, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas tendo por base a quantia depreciable dos bens pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil, e imputadas aos resultados do período numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem.

4.1.5. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros efetuados em unidades de participação de fundos de investimento encontram-se registados ao justo valor, conforme valor de mercado divulgado pela sociedade gestora.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de financiamentos concedidos, ao valor nominal. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

4.1.6. Especialização dos exercícios

A empresa regista os seus rendimentos e gastos no pressuposto do regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

4.1.7. Instrumentos financeiros

Clientes e Outros créditos a receber

As dívidas de "Clientes" e os "Outros créditos a receber" são registados pelo seu valor nominal e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", de forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que:

- A contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- Se verifiquem atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- Se torne provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

Evidência objetiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Fornecedores e Outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Letras descontadas e contas a receber cedidas em “factoring”

As letras descontadas e as contas a receber em factoring encontram-se apresentadas no ativo pelo seu valor nominal e no passivo pelo adiantamento já recebido.

Os encargos com juros são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo.

Empréstimos e outras dívidas a pagar não correntes

Os empréstimos e as dívidas a pagar não correntes são registados no passivo pelo seu valor nominal.

Os encargos financeiros com os juros bancários e despesas similares, são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

4.1.8. Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando:

- São transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras dívidas a pagar/Outros créditos a receber”.

4.1.9. Contratos de Construção

A empresa reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método da percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos incorridos até à data do balanço e os custos totais estimados das obras. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos proveitos estimados e os valores faturados são contabilizadas na rubrica “Outros créditos a receber” ou na rubrica “Diferimentos”.

Variações nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de custos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos custos a incorrer durante o período de garantia das obras, a empresa reconhece anualmente um passivo para fazer face a tal obrigação legal, a qual é apurada tendo em conta o volume de produção anual e o historial de custos incorridos no passado com as obras em período de garantia.

Quando é provável que os custos totais previstos no contrato de construção excedam os proveitos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do período.

4.1.10. Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo de aquisição.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

4.1.11. Subsídios e apoios do governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando, existe certeza que sejam recebidos e que a empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

4.1.12. Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários à ordem e a prazo em que é possível a sua utilização sem risco significativo de alterar o seu valor.

4.1.13. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos

contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como:

- Obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade;
ou
- Obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos, objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

4.1.14. Custos de financiamentos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

4.1.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas

na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

4.1.16. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal) e de reporte de prejuízos fiscais e de créditos por impostos não usados.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

4.1.17. Benefício dos empregados

As obrigações de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, por contrapartida de um passivo que se esgota de imediato com o pagamento dos respetivos valores em dívida.

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, horas extra, isenção de horário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pela Administração.

4.2. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, incluindo a avaliação dos possíveis efeitos dos conflitos existentes na Ucrânia e no Médio Oriente.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Análise de imparidade, nomeadamente de contas a receber;
- Réditos e estimativas de custos no cálculo dos resultados dos contratos de construção;
- Estimativa de provisões para garantia a clientes;
- Definição de níveis de materialidade para definição sobre a informação a divulgar no anexo;
- Estimativa de férias e subsídio de férias;
- Estimativa de imposto corrente e diferido.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4.3. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

5. Fluxos de caixa

5.1. Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O valor do saldo de “caixa e seus equivalentes” encontra-se totalmente disponível.

5.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Meios Financeiros Líquidos referidos no Balanço	31/12/2025	31/12/2024
Caixa:		
Numerário – Euro	50,00	50,00
	50,00	50,00
Depósitos bancários:		
Depósitos à ordem – Euro	8 034 044,35	12 350 400,76
Outros Depósitos – Euro		
	8 034 044,35	12 350 400,76
TOTAL	8 034 094,35	12 350 450,76

5.3. Fluxos de caixa provenientes de aquisições ou alienações de subsidiárias ou de outras unidades empresariais:

Em 2025 e 2024, não houve qualquer fluxo de caixa proveniente de aquisições ou alienações de subsidiárias ou de outras unidades empresariais.

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas.

7. Ativos intangíveis

7.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante o ano de 2025 e em 2024 foram os seguintes:

31-12-2025					
	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					
Programas de computador	76.180,85	41.730,33			117.911,18
	76.180,85	41.730,33			117.911,18

	Saldo Inicial	Amortizações do exercício	Perdas por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Programas de computador	48.292,65	21.427,58			69.720,23
	48.292,65	21.427,58			69.720,23
Valor Líquido	27.888,20				48.190,95

31-12-2024					
	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					
Programas de computador	57.277,32	18.903,53			76.180,85
	57.277,32	18.903,53			76.180,85

	Saldo Inicial	Amortizações do exercício	Perdas por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas					
Programas de computador	36.905,30	11.387,35			48.292,65
	36.905,30	11.387,35			48.292,65
Valor Líquido	20.372,02				27.888,20

8. Ativos fixos tangíveis

8.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2025 e em 2024 foram os seguintes:

31-12-2025					
	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações/Cedências	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					
Terrenos e recursos naturais	364.728,21				364.728,21
Edifícios e Outras Construções	3.214.454,22	10.944,96		195.865,72	3.421.264,90
Equipamento básico	2.052.589,94	1.513.034,12		-113.739,90	3.451.884,16
Equipamento de transporte	2.385.177,70	767.154,64	56.767,42		3.095.564,92
Equipamento administrativo	380.243,55	105.754,85		-5.443,10	480.555,30
Outros	81.976,33	21.533,95		-150,00	103.360,28
	8.479.169,95	2.418.422,52	56.767,42	76.532,72	10.917.357,77

	Saldo Inicial	Depreciações do exercício	Perdas por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	315.116,19	159.851,34			474.967,53
Equipamento básico	890.707,23	393.448,44		84.390,46	1.199.765,21
Equipamento de transporte	1.478.164,98	462.384,84	56.767,42		1.883.782,40
Equipamento administrativo	212.422,61	93.107,29		4.637,66	300.892,24
Outros	24.990,03	11.025,34		46,88	35.968,76
	2.921.401,04	1.119.817,25		145.842,42	3.895.375,87
Valor Líquido	5.557.768,91				7.021.981,90

31-12-2024					
	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações/Cedências	Transferências e abates	Saldo Final
Ativo Bruto					
Terrenos e recursos naturais	128.335,71	236.392,50			364.728,21
Edifícios e Outras Construções	2.499.854,19	714.600,03			3.214.454,22
Equipamento básico	1.576.324,72	488.436,31		12.171,09	2.052.589,94
Equipamento de transporte	1.982.597,94	484.568,21	81.988,45		2.385.177,70
Equipamento administrativo	253.620,18	134.164,03		7.540,66	380.243,55
Outros	80.787,33	1.214,00		25,00	81.976,33
	6.521.520,07	2.059.375,08	81.988,45	19.736,75	8.479.169,95

	Saldo Inicial	Depreciações do exercício	Perdas por imparidade do exercício	Transferências e abates	Saldo Final
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	177.235,42	137.880,77			315.116,19
Equipamento básico	592.791,75	306.712,85		8.772,38	890.707,23
Equipamento de transporte	1.167.748,05	392.405,38		81.988,45	1.478.164,98
Equipamento administrativo	162.756,77	56.300,45		6.634,61	212.422,61
Outros	15.170,32	9.819,71		24,99	24.990,03
	2.115.702,31	903.119,16		97.420,43	2.921.401,04
Valor Líquido	4.405.817,76				5.557.768,91

A rubrica Terrenos e Edifícios e outras construções inclui, em 2024, o valor de 945.570,00 euros, referente à aquisição de um armazém em Alcantarilha, onde se situa a Delegação do Algarve.

A rubrica Edifícios e Outras Construções inclui, em 2025, o valor de 195.865,72 euros, referente a obras efetuadas na sede.

Em agosto de 2024, celebrou-se o Contrato de Constituição de Hipoteca deste imóvel, para garantir as obrigações emergentes do Contrato de Financiamento n.º 00162400020752, conforme nota 17.

8.2. Ativos fixos tangíveis em curso

Os valores incluídos na rubrica ativos fixos tangíveis em curso, referem-se a obras de ampliação/alteração na sede:

	31-12-2025	31-12-2024
Ativos fixos tangíveis em curso		
Sede	-	36.760,07

Seguem-se os valores incluídos na rubrica ativos fixos tangíveis em curso decorrentes de trabalhos para a própria entidade:

	31-12-2025	31-12-2024
Ativos fixos tangíveis em curso		
Sede - Trabalhos para a própria entidade	-	8.114,13

8.3. Adiantamentos por conta de investimentos

Os valores incluídos na rubrica adiantamentos por conta de investimentos, no decorrente ano:

	31-12-2025	31-12-2024
Adiantamentos ativos fixos tangíveis em curso		
Camião Volvo Trucks	4.064,04	-
Grua e Caixa de Carga	12.080,00	
Contentores	241.500,00	-
	257.645,04	-

9. Locações

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor dos ativos financiados por contratos de locação financeira são como segue:

2025					
		Quantia escriturada	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	
Ativo Bruto					
Equipamento básico		1.593.046,56	576.693,10	1.016.353,46	
Equipamento de transporte		2.344.316,40	1.137.448,28	1.206.868,12	
Total		3.937.362,96	1.714.141,38	2.223.221,58	

		Quantia escriturada	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Ativo Bruto				
Equipamento básico		1.259.578,84	479.311,47	780.267,37
Equipamento de transporte		1.865.000,79	867.855,94	997.744,85
Total		3.125.179,63	1.347.167,41	1.778.012,22

O valor dos capitais em dívida em 31-12-2025 e 31-12-2024 são os seguintes:

	31-12-2025	31-12-2024
Rendas vincendas locações		
Até um ano	734.964,63	572.098,15
Entre um e cinco anos	1.682.596,81	1.368.360,25
Mais de cinco anos	-	11.378,94
	2.417.561,44	1.951.837,34

10. Inventários

Os inventários encontram-se valorizados conforme descrito na Nota 4 no ponto 4.1.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica Inventários tinha a seguinte composição:

	31-12-2025	31-12-2024
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	54.201,58	26.031,30
Adiantamentos por conta de compras	5.781,11	96.579,40
	59.982,69	122.610,70

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica gastos e perdas decompunha-se como segue:

31-12-2025	
Movimentos	Matérias-primas Subsidiárias e de consumo
Inventário Inicial	27.314,53
Compras	20.832.299,53
Reclassificação e regul. de inventários	-973,63
Inventário Final	55.484,81
Gasto do Período	20.803.155,62

31-12-2024	
Movimentos	Matérias-primas Subsidiárias e de consumo
Inventário Inicial	92.854,75
Compras	16.409.946,59
Reclassificação e regul. de inventários	-2.816,87
Inventário Final	27.314,53
Gasto do Período	16.472.669,94

Segue-se o movimento das perdas por imparidade em inventários:

Perdas por imparidade acumuladas 31-12-2024	Perdas por Imparidade do período	Reversão de perdas por imparidade	Perdas por imparidade acumuladas 31-12-2025
1.283,23			1.283,23

11. Contratos de Construção

11.1. Métodos usados para determinar o rédito dos contratos reconhecido no período

O reconhecimento do rédito do período é efetuado de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rédito é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento. O rédito dos contratos é reconhecido como rédito na demonstração de resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado.

11.2. Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

De forma a determinar a fase de acabamento de um contrato, é utilizado o método que mensure com maior fiabilidade o trabalho executado. Dependendo da natureza do contrato, o método utilizado para determinar a fase de acabamento pode variar, como se discrimina:

- A proporção em que os custos dos contratos incorridos no trabalho executado até à data estejam para os custos estimados totais do contrato;
- Levantamento do trabalho executado;
- Conclusão de uma proporção física do trabalho executado.

11.3. Informação relativa a contratos de construção em curso

	31-12-2025	31-12-2024
Gastos de construção incorridos até à data	308.076.931,47	224.644.790,51
Gastos de construção incorridos no ano	133.012.001,79	99.983.514,54
Réditos reconhecidos até à data	339.236.024,87	253.120.797,88
Réditos reconhecidos no ano	148.816.307,56	112.583.003,11
Margem bruta reconhecida acumulada	31.159.093,40	28.476.007,37
Acréscimos de rendimentos - excesso de produção sobre faturação	4.270.541,51	2.776.466,94
Rendimentos a reconhecer - défice de produção sobre faturação	30.146.467,62	21.668.747,21

12. Réditos

12.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) **Vendas** – são reconhecidas nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.
- b) **Prestações de serviços** – são reconhecidas na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

12.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito

Segue-se a quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida, durante os períodos de 2025 e 2024:

	2025	2024
Prestação de serviços	148.978.836,96	112.946.490,69
Juros	293.982,71	404.829,23
Subsídios à exploração	14.528,43	3.948,48
TOTAL	149.287.348,10	113.355.268,40

As Vendas e Prestações de Serviços estavam distribuídas geograficamente como segue:

	2025	2024
Vendas e Prestação de serviços efetuados em Portugal	148.978.836,96	112.946.490,69

13. Provisões

As provisões são reconhecidas conforme descrito na Nota 4 no ponto 4.1. Segue-se o movimento das provisões no período:

Provisões	Saldo Inicial	Utilização	Reversão	Constituição/Reforço	Saldo Final
Garantias a clientes	1.146.108,28	196.593,87	1.765,34	448.901,51	1.396.650,58
Processos judiciais em curso	26.468,17				26.468,17
Contratos Onerosos	36.170,44			4.940,83	41.111,27
TOTAL	1.208.746,89	196.593,87	1.765,34	453.842,34	1.464.230,02

A estimativa para provisões para garantias a clientes foi apurada com base no histórico dos custos suportados com garantias nos últimos 3 anos.

14. Acontecimentos após a data do balanço

Não ocorreram factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às Demonstrações Financeiras do período.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração, na reunião de 27 de março de 2026. A Administração é da opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

15. Impostos sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social).

Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos anos 2022 a 2025 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e correção pela Autoridade Tributária.

Reconciliação do imposto sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024
Resultado antes de impostos	9.925.082,82	8.014.189,42
Acréscimos à matéria coletável	1.153.273,88	936.506,44
Deduções à matéria coletável	797.286,40	394.340,93
Lucro/Prejuízo Fiscal	10.281.070,30	8.556.354,93
Dedução de prejuízos fiscais		
Matéria Coletável	10.281.070,30	8.556.354,93
Coleta	2.373.267,57	2.027.652,29
Benefícios fiscais	487.500,00	-
IRC de exercícios anteriores	-	10.860,15
Derrama	102.810,70	86.080,70
Tributação Autónoma	80.064,09	79.909,86
Juros compensatórios	-	455,09
Imposto corrente	2.068.642,36	2.204.958,09
Imposto diferido	-122.292,43	-134.436,15
Imposto sobre o Rendimento	1.946.349,93	2.070.521,94
Taxa efetiva de imposto	19,61%	25,84%

A taxa de IRC aplicada aos primeiros 50.000,00 euros de matéria coletável é de 16%, e à parte restante é de 20%.

Por sua vez, a taxa de derrama municipal aplicada ao lucro tributável é de 1%.

Em 2025, a taxa de derrama estadual aplicada sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000,00 euros é de 3%. E entre os 1.500.000,00 euros e os 7.500.000,00 euros a taxa de 5%.

Em 2025, o imposto diferido refere-se:

- Ao benefício fiscal da remuneração convencional do capital social, no valor de 56.000,00 euros;
- Ao ajustamento decorrente da aplicação do justo valor às unidades de participação do Explorer Growth Fund II, IV, V, VI, VII e do Lince II conforme nota 23.1, no valor de 35.428,22 euros;
- Ao diferimento do pagamento da participação nos lucros aos empregados, no valor de 283.620,07 euros;
- À provisão para contratos onerosos, no valor de 8.222,25 euros;
- À reversão do imposto diferido de 2024 no valor total de 260.978,11 euros.

Em 2024, a taxa de derrama estadual aplicada sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000,00 euros é de 3%. E entre os 1.500.000,00 euros e os 7.500.000,00 euros a taxa de 5%.

Em 2024, o imposto diferido refere-se:

- Ao benefício fiscal da remuneração convencional do capital social, no valor de 88.200,00 euros;
- Ao ajustamento decorrente da aplicação do justo valor às unidades de participação do Explorer Growth Fund II, IV e V, conforme nota 23.1, no valor de 29.658,96 euros;

- Ao diferimento do pagamento da participação nos lucros aos empregados, no valor de 135.523,36 euros;
- À provisão para contratos onerosos, no valor de 7.595,79 euros;
- À reversão do imposto diferido de 2023 no valor total de 126.541,96 euros.

Ativo	2025	2024
Imposto sobre o valor acrescentado	1.185.797,03	2.256.199,36
TOTAL	1.185.797,03	2.256.199,36

Passivo	2025	2024
Imposto sobre o rendimento	241.153,38	1.100.433,21
Retenções	232.153,54	186.299,54
Segurança Social	383.222,60	294.607,36
TOTAL	856.529,52	1.581.340,11

16. Instrumentos financeiros

16.1. Clientes

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o saldo de clientes apresentava a seguinte composição:

Clientes	2025	2024
Conta Corrente	35.208.053,87	22.241.787,49
Retenções (garantia)	10.041.786,95	7.656.496,19
Cobrança Duvidosa	250.690,01	-
Perdas por Imparidade Acumuladas	250.690,01	-
TOTAL	45.249.840,82	29.898.283,68

16.2. Adiantamentos de Clientes

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a rubrica Adiantamentos de Clientes apresentava os valores que se seguem, correspondentes a adiantamentos por conta de empreitadas:

	2025	2024
Adiantamentos de Clientes	79.612,91	181.448,78

16.3. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o saldo de fornecedores apresentava a seguinte composição:

Fornecedores	2025	2024
Conta Corrente	14.697.787,30	15.375.521,59
Retenções (garantia)	131.647,13	133.367,26
Cedências Factoring e Confirming	3.921.079,26	5.357.516,73
TOTAL	18.750.513,69	20.866.405,58

16.4. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o saldo das rubricas Outros créditos a receber e Outras dívidas a pagar apresentava a seguinte composição:

Outros créditos a receber	2025	2024
Devedores por acréscimos de rendimentos – Contratos de construção	4.270.541,51	2.776.466,94
Devedores por acréscimos de rendimentos – Diversos	1.200.629,00	1.877.608,84
Devedores por acréscimos de rendimentos – Revisões Preços	2.005.293,98	1.090.973,68
Outros devedores	123.906,20	135.758,30
Fornecedores/Adiant. a Fornecedores/Forn. Investimento	2.887.133,14	3.229.626,67
Acionistas – Financiamentos concedidos	10.465.875,00	10.198.000,00
Perdas por imparidade acumuladas – O.D.C.	12.664,94	-
TOTAL	20.940.713,89	19.308.434,43
Outras dívidas a pagar	2025	2024
Outros credores	5.163,16	10.082,38
Remunerações a pagar	4.749,49	766,73
Credores por acréscimos de gastos – Remunerações a liquidar	3.010.827,63	1.772.374,65
Credores por acréscimos de gastos – Subempreitadas a liquidar	1.723.163,55	1.347.304,67
Credores por acréscimos de gastos – Diversos	226.963,78	125.418,47
Fornecedores de investimentos	37.272,23	48.030,95
TOTAL	5.008.139,84	3.303.977,85

No exercício de 2025 a rubrica Acionistas – Financiamentos concedidos, no montante de 10.465.875,00 euros, encontra-se repartida em corrente e não corrente, sendo o valor de 8.365.875,00 euros corrente e 2.100.000,00 euros não corrente.

No exercício de 2025 o saldo da conta de remunerações a pagar respeita a salários de dezembro de 2025 liquidados no início do ano seguinte.

No exercício de 2025, a variação da rubrica Credores por acréscimos de gastos – Remunerações a liquidar, deve-se à contabilização da participação nos lucros dos empregados, conforme regulamento interno aprovado em 25 de janeiro de 2024.

No exercício de 2024 a rubrica Acionistas – Financiamentos concedidos, no montante de 10.198.000,00 euros, encontra-se repartida em corrente e não corrente, sendo o valor de 4.856.000,00 euros corrente e 5.342.000,00 euros não corrente.

No exercício de 2024 o saldo da conta de remunerações a pagar respeita a salários de dezembro de 2024 liquidados na íntegra no início do mês seguinte.

No exercício de 2024, a variação da rubrica Credores por acréscimos de gastos – Remunerações a liquidar, deve-se à contabilização da participação nos lucros dos empregados, conforme regulamento interno aprovado em 25 de janeiro de 2024.

No exercício de 2024, a rubrica Credores por acréscimos de gastos – Subempreitadas a liquidar, deve-se a faturação subsequente de autos de medição referentes a trabalhos ainda executados em dezembro de 2024.

16.5. Instrumentos de Capital Próprio

O capital social a 31 de dezembro de 2024, ascende a 10.000.000,00 euros, representado por 2.000.000 ações nominativas, com o valor nominal de 5,00 euros cada.

O montante de 2.750.000,00 euros ainda se encontra por realizar, sendo que conforme Ata 44 de 20 de maio de 2023 foi diferido pelo prazo de quatro anos.

Em 31 de dezembro de 2024, a reserva legal está constituída de acordo com a legislação comercial, que estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual seja destinado ao seu reforço, até atingir 20% do capital social.

A rubrica Outras reservas, em 31 de dezembro de 2024, inclui o valor de 1.950.000,00 euros relativo a reservas especiais por lucros retidos e reinvestidos, encontrando-se à data indisponível o montante de 1.950.000,00 euros, sendo que:

- 500.000,00 euros não poderão ser utilizados para distribuição aos acionistas até ao final de 2025;
- 500.000,00 euros não poderão ser utilizados para distribuição aos acionistas até ao final de 2026;
- 200.000,00 euros não poderão ser utilizados para distribuição aos acionistas até ao final de 2027;
- 750.000,00 euros não poderão ser utilizados para distribuição aos acionistas até ao final de 2028.

A rubrica Outras reservas, em 31 de dezembro de 2024, inclui ainda o valor de 10.000,00 euros referente a constituição de um fundo próprio que se destina a cumprir as obrigações do regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho, na sua redação atual, e que obedece às características previstas no n.º 3 do artigo 22.º do referido diploma.

O capital social a 31 de dezembro de 2025, ascende a 10.000.000,00 euros, representado por 2.000.000 ações nominativas, com o valor nominal de 5,00 euros cada.

O montante de 2.750.000,00 euros ainda se encontra por realizar, sendo que conforme Ata 44 de 20 de maio de 2023 foi diferido pelo prazo de quatro anos.

Em 31 de dezembro de 2025, a reserva legal está constituída de acordo com a legislação comercial, que estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual seja destinado ao seu reforço, até atingir 20% do capital social.

A rubrica Outras reservas, em 31 de dezembro de 2025, inclui o valor de 1.950.000,00 euros relativo a reservas especiais por lucros retidos e reinvestidos, encontrando-se à data indisponível o montante de 1.950.000,00 euros, sendo que:

- 500.000,00 euros não poderão ser utilizados para distribuição aos acionistas até ao final de 2025;
- 500.000,00 euros não poderão ser utilizados para distribuição aos acionistas até ao final de 2026;
- 200.000,00 euros não poderão ser utilizados para distribuição aos acionistas até ao final de 2027;
- 750.000,00 euros não poderão ser utilizados para distribuição aos acionistas até ao final de 2028.

A rubrica Outras reservas, em 31 de dezembro de 2025, inclui ainda o valor de 10.000,00 euros referente a constituição de um fundo próprio que se destina a cumprir as obrigações do regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho, na sua redação atual, e que obedece às características previstas no n.º 3 do artigo 22.º do referido diploma.

16.6. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos dividiam-se, na data do balanço, nos seguintes valores:

	2025	2024
Passivo não corrente (mais de um ano)		
Empréstimos bancários	412 711,83	945 276,35
Locações Financeiras	1 682 596,81	1 379 739,19
Total	2 095 308,64	2 325 015,54

	2025	2024
Passivo corrente (menos de um ano)		
Empréstimos bancários	1 124 909,81	710 296,01
Locações Financeiras	734 964,63	572 098,15
	1 859 874,44	1 282 394,16
Total	3 955183,08	3 607409,70

17. Garantias prestadas

As garantias prestadas pela sociedade a terceiros, à data de 31 de dezembro de 2025, ascendem a 41.875.006,74 euros, repartindo-se da seguinte forma:

- Garantias de boa execução: 41.428.205,80 euros;
- Garantias de bom pagamento, referentes a adiantamentos de clientes: 82.394,22 euros;
- Hipoteca voluntária de Imóvel, conforme referida na Nota 8, referente a financiamentos obtidos, reconhecidos no passivo: 364.406,72 euros.

Em 31 de dezembro de 2024 o montante ascendia a 31.383.556,55 euros.

Em março de 2019 foi prestado aval de um financiamento à empresa Globaltermica – Instalações Mecânicas, S.A., pelo montante de 500.000,00 euros, sendo que em 2023 este valor foi aumentado para 750.000,00 euros.

A responsabilidade à data de 31 de dezembro de 2025 ascende a 83.642,13 euros. Em 31 de dezembro de 2024 a responsabilidade ascendia a 243.482,29 euros.

18. Benefícios dos empregados

O saldo da conta de custos com o pessoal subdivide-se nas seguintes rubricas em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Benefícios dos empregados	2025	2024
Remunerações dos órgãos sociais	543 658,27	383 553,29
Remuneração do pessoal	9 375 917,39	6 933 026,34
Indemnizações	900,00	2 712,00
Encargos sobre remunerações	1 916 579,00	1 415715,36
Seguros acidentes de trabalho	143 042,89	142 999,38
Gastos de ação social	98 480,38	57 758,04
Outros gastos com pessoal	61 357,65	59 523,83
Total	12 139 935,58	8 995 288,24

Em 31 de dezembro de 2024, as remunerações do pessoal incluem o valor de 720.349,35 euros referente a gratificações por participação nos lucros de 2024, 75.000,00 euros a pagar em 2025 e 645.349,35 euros a pagar no 1º trimestre de 2028, conforme regulamento interno aprovado em 25 de janeiro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2025, as remunerações do pessoal incluem o valor de 977.253,57 euros referente a gratificações por participação nos lucros de 2025, 110.000,00 euros a pagar em 2026 e 867.253,57 euros a pagar no 1º trimestre de 2029, conforme regulamento interno aprovado em 25 de janeiro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2025, as remunerações dos órgãos sociais incluem o valor de 60.000,00 euros referente a gratificações por participação nos lucros de 2025, a pagar em 2026.

Os outros gastos com pessoal referem-se a gastos com saúde, higiene e segurança no trabalho, bem como gastos com formação.

Segue-se o número médio de empregados da entidade ao longo dos anos de 2025 e 2024, e o número de empregados no fim dos respetivos períodos:

	2025	2024
Número médio de empregados	236	201
Número de empregados no fim do período	241	191

19. Fornecimentos e Serviços Externos

O saldo da conta de fornecimentos e serviços externos subdivide-se nas seguintes rubricas em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Fornecimentos e Serviços Externos	2025	2024
Subcontratos	96 662 601,72	72 373 651,00
Serviços Especializados	1 244 073,72	1 187 481,38
Materiais	862 909,92	731 080,77
Energia e Fluidos	927 473,05	703 375,61
Deslocações, Estadas e Transportes	256 051,80	229 997,81
Serviços Diversos	5 089 472,94	3 787 823,33
Total	105 042 583,15	79 013 409,90

Em 2024, a rubrica de Serviços diversos inclui o valor de 3.204.728,29 euros referente a rendas e alugueres, correspondendo a rendas o montante de 459.874,06 euros e a alugueres o montante de 2.744.854,23 euros.

Em 2025, a rubrica de Serviços diversos inclui o valor de 4.142.585,07 euros referente a rendas e alugueres, correspondendo a rendas o montante de 506.204,95 euros e a alugueres o montante de 3.636.380,12 euros.

20. Outros rendimentos

O saldo da conta de outros rendimentos subdivide-se nas seguintes rubricas em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Outros rendimentos	2025	2024
Rendimentos suplementares	194.341,41	163.451,69
Descontos de pronto pagamento obtidos	287,57	0,58
Rendimentos e ganhos restantes ativos financeiros	-	129.307,34
Rendimentos e ganhos investimentos não financeiros	93.218,52	13.893,33
Juros obtidos	293.982,71	404.829,23
Outros	476.050,07	390.642,41
TOTAL	1.057.880,28	1.102.124,58

Em 2024, a rubrica Rendimentos suplementares inclui o valor de 106.687,50 euros, referente a serviços prestados à empresa-mãe Latitude Capital, SGPS, S.A. e à empresa Decada Paralela – Promoção Imobiliária S.A. (serviços de contabilidade, tesouraria, apoio jurídico e outros), bem como aos serviços decorrentes do contrato de cedência de espaço celebrado em 2019 com a empresa Globaltermica Instalações Mecânicas, S.A. e com a Framesteel em 2024 (partilha das instalações, incluindo a utilização de todos os equipamentos e dos serviços de informática, contabilidade, aprovisionamento, recursos humanos, jurídico, comercial e administrativo).

Em 2024, a rubrica Juros obtidos no valor de 404.829,23 euros diz respeito a juros obtidos de depósitos no valor 699,53 euros e de financiamentos concedidos no valor de 404.129,70.

Em 2025, a rubrica Rendimentos suplementares inclui o valor de 126.600,00 euros, referente a serviços prestados à empresa-mãe Latitude Capital, SGPS, S.A. e à empresa Decada Paralela – Promoção Imobiliária S.A. (serviços de contabilidade, tesouraria, apoio jurídico e outros), bem como aos serviços decorrentes do contrato de cedência de espaço celebrado em 2019 com a empresa Globaltermica Instalações Mecânicas, S.A. e com a Framesteel em 2024 (partilha das instalações, incluindo a utilização de todos os equipamentos e dos serviços de informática, contabilidade, aprovisionamento, recursos humanos, jurídico, comercial e administrativo).

Em 2025, a rubrica Juros obtidos no valor de 293.982,71 euros diz respeito a juros obtidos de depósitos no valor 1.269,74 euros e de financiamentos concedidos no valor de 292.712,97.

21. Outros gastos

O saldo da conta de outros gastos subdivide-se nas seguintes rubricas em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Outros gastos	2025	2024
Impostos	131.573,67	155.828,60
Dívidas incobráveis	-	59.358,17
Perdas em inventários	973,63	225,73
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	30.258,00	4.304,77
Outros	155.817,56	36.772,31
TOTAL	318.622,86	256.489,58

22. Participações Financeiras

22.1. Investimentos financeiros mensurados pelo justo valor

Partes de capital	31-12-2024	Aquisições	Redução	Ajustamentos de JV	31-12-2025
Explorer Growth Fund II	224.988,30		88.897,44	-7.246,86	128.844,00
Explorer Growth Fund IV	294.245,35		4.452,21	-4.078,83	285.714,31
Explorer Growth Fund V	396.680,00		3.644,00	-337,44	392.698,56
Lince Innovation Fund II	200.270,00			-868,00	199.402,00
Explorer Growth Fund VI	1.179.568,56			10.313,52	1.189.882,08
Explorer Growth Fund VII		1.500.000,00		-20.405,70	1.479.594,30
	2.295.752,21	1.500.000,00	96.993,65	-22.623,31	3.676.135,25

Em 2020, a empresa realizou a subscrição de unidades de participação do Explorer Growth Fund II no valor de 300.000,00 euros, fundo de capital de risco cuja sociedade gestora é a Explorer Investments, SCR, S.A., e cuja política de investimento tem como foco exclusivo sociedades que se dediquem sobretudo a investigação e desenvolvimento e que obtenham o reconhecimento nessa matéria nos termos do Código Fiscal do Investimento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro.

Foi submetida a candidatura ao SIFIDE II, do qual decorreu um benefício no valor de 247.500,00 €, a que correspondeu uma dedução em 2020 de 213.652,24 euros e um saldo que transitou para 2021 no valor de 33.847,76 euros.

Em 2021, a empresa realizou a subscrição de unidades de participação do Explorer Growth Fund IV no valor de 350.000,00 euros, fundo de capital de risco cuja sociedade gestora é a Explorer Investments, SCR, S.A., e cuja política de investimento tem como foco exclusivo sociedades que se dediquem sobretudo a investigação e

desenvolvimento e que obtenham o reconhecimento nessa matéria nos termos do Código Fiscal do Investimento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro.

Foi submetida a candidatura ao SIFIDE II, do qual decorreu um benefício no valor de 213.750,00 €, a que correspondeu uma dedução no período de igual valor.

Em 2022, a empresa realizou a subscrição de:

- Unidades de participação do Explorer Growth Fund V no valor de 400.000,00 euros, fundo de capital de risco cuja sociedade gestora é a Explorer Investments, SCR, S.A., e cuja política de investimento tem como foco exclusivo sociedades que se dediquem sobretudo a investigação e desenvolvimento e que obtenham o reconhecimento nessa matéria nos termos do Código Fiscal do Investimento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro.

- Unidades de participação do Lince Innovation Fund II no valor de 200.000,00 euros, fundo de capital de risco cuja sociedade gestora é a Lince Capital, SCR, S.A., e cuja política de investimento tem como foco exclusivo sociedades que se encontrem sediadas em território nacional, que se dediquem sobretudo a investigação e desenvolvimento e que obtenham o reconhecimento nessa matéria nos termos do Código Fiscal do Investimento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro.

Foi submetida a candidatura ao SIFIDE II, do qual decorreu um benefício no valor de 332.500,00 €, a que corresponde uma dedução no período de igual valor.

Em 2023, a empresa realizou a subscrição de:

- Unidades de participação do Explorer Growth Fund VI no valor de 1.200.000,00 euros, fundo de capital de risco cuja sociedade gestora é a Explorer Investments, SCR, S.A., e cuja política de investimento tem como foco exclusivo sociedades que se dediquem sobretudo a investigação e desenvolvimento e que obtenham o reconhecimento nessa matéria nos termos do Código Fiscal do Investimento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro.

Foi submetida a candidatura ao SIFIDE II, do qual decorreu um benefício no valor de 752.500,00 €, a que corresponde uma dedução no período de igual valor.

Estas participações nos fundos de investimento devem ser mantidas na posse da Teixeira, Pinto & Soares, S.A. durante o prazo de cinco anos, sendo que caso se verifique a sua alienação antes de decorrido este prazo, o benefício fiscal obtido aquando a sua aquisição terá que ser reposto.

Em 2025, a empresa realizou a subscrição de:

- Unidades de participação do Explorer Growth Fund VII no valor de 1.500.000,00 euros, fundo de capital de risco cuja sociedade gestora é a Explorer Investments, SCR, S.A., e cuja política de investimento tem como foco exclusivo sociedades que se dediquem sobretudo a investigação e desenvolvimento e que obtenham o reconhecimento nessa matéria nos termos do Código Fiscal do Investimento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro.

Irá ser submetida a candidatura ao SIFIDE II, do qual decorreu um benefício no valor de 487.500,00 €, a que corresponde uma dedução no período de igual valor.

Estas participações nos fundos de investimento devem ser mantidas na posse da Teixeira, Pinto & Soares, S.A. durante o prazo de dez anos, sendo que caso se verifique a sua alienação antes de decorrido este prazo, o benefício fiscal obtido aquando a sua aquisição terá que ser reposto.

22.2. Participações Financeiras mensuradas pelo custo menos imparidade

Partes de capital	31-12-2024	Aquisições	Alienações	Regularizações	31-12-2025
Ações Norgarante	43.110,00		27.360,00		15.750,00
Ações Garval	14.100,00		3.840,00		10.260,00
Ações Lisgarante	790,00				790,00
TOTAL	58.000,00		31.200,00		26.800,00

As participações em ações da Norgarante, Garval e Lisgarante, decorrem de obrigações assumidas em contrapartida de financiamentos contraídos, encontrando-se a servir de garantia a financiamentos obtidos.

A empresa beneficia de direito de regresso por parte das sociedades garantes relativamente a estas participações, tendo as mesmas a obrigação de adquirir estas participações pelo mesmo valor nominal utilizado na sua compra, após terminarem as respetivas garantias.

Atualmente estas ações pertencem na sua totalidade à entidade SGM – Sociedade de garantia mútua, S.A., que engloba o saldo das três entidades, Norgarante, Garval e Lisgarante.

23. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, os saldos das contas de diferimentos apresentavam as seguintes quantias:

	2025	2024
Gastos a reconhecer	671.496,17	564.774,74
Rendimentos a reconhecer		
Rendimentos a reconhecer – Contratos de construção	30.146.467,62	21.668.747,21
Rendimentos a reconhecer – Diversos	4.750,00	8.035,99
	30.151.217,62	21.676.783,20

24. Juros e gastos similares suportados

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os Juros e gastos similares suportados apresentavam as seguintes quantias:

Juros e gastos similares suportados	2025	2024
Juros de empréstimos bancários	53.573,86	78.490,08
Juros de locações financeiras	70.843,28	87.225,69
Outros gastos e perdas de financiamento	16.503,42	7.127,03
TOTAL	140.920,56	172.842,80

25. Partes Relacionadas

25.1. Relacionamentos com empresas-mãe

a) Nome da empresa mãe imediata: Latitude Capital, SGPS, S.A.

25.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

Descrição	31-12-2025	31-12-2024
Benefícios de curto prazo	543.658,27	383.723,73
Benefícios pós-emprego		
TOTAL	543.658,27	383.723,73

25.3. Transações entre partes relacionadas

a) Natureza do relacionamento das partes relacionadas:

Partes relacionadas:
Empresa-mãe Latitude Capital, SGPS, S.A.
Empresa do grupo Decada Paralela – Promoção Imobiliária, S.A. Globaltermica Instalações Mecânicas, S.A. Framesteel Solutions, Lda. Terraço Sazonal, Lda. Estátuas Avultadas, Lda. Esboços do Século, Lda. Portadas Altivas, Lda. Realce Vanguardista, Lda. Paralelo Renascido, Lda.
Pessoal chave da gestão Administrador Bruno Soares Administrador Pedro Soares Administrador Bruno Torre Administrador Miguel Ferreira

b) Transações e saldos pendentes:

i) Quantia das transações

Transações 31-12-2025					
Partes relacionadas	Compra de ativos	Compra de bens	Aquisição de serviços	Prestação de serviços	Outros
Empresa-mãe:					
Latitude Capital, SGPS, S.A.				3 000,00	306 172,97
Empresa do grupo:					
Decada Paralela, S.A.				14 116 548,72	
Globaltermica, S.A.			4 322 188,66	143 757,61	8 355,41
Framesteel Solutions, Lda.	1 348 150,61	281 776,93	3 585 227,37	56 819,17	5 930,41
Terraço Sazonal, Lda.					
Estátuas Avultadas, Lda.				569 753,76	
Esboços do Século, Lda.					
Portadas Altivas, Lda.				1 523,75	
Realce Vanguardista, Lda.					
Paralelo Renascido, Lda.					
Pessoal chave da gestão:					
Administrador Bruno Soares					
Administrador Pedro Soares					
Administrador Miguel Ferreira					
Administrador Bruno Torre					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 348 150,61	281 776,93	7 907 416,03	14 891 403,01	320 458,79

Relativamente à empresa Latitude Capital, SGPS, S.A., as transações efetuadas relativas a investimento foram:

Empréstimos concedidos	1 230 000,00
Juros debitados	292 712,97
Imposto de selo debitado	13 460,00
Recebimentos referentes aos empréstimos concedidos	-962 125,00
TOTAL	574 047,97

Relativamente à empresa Framesteel Solutions, Lda., o valor de 241.500,00 euros refere-se a adiantamento por conta de Ativos Fixos Tangíveis.

Transações 31-12-2024					
Partes relacionadas	Compra de ativos	Compra de bens	Aquisição de serviços	Prestação de serviços	Outros
Empresa-mãe:					
Latitude Capital, SGPS, S.A.				3 000,00	368 395,55
Empresa do grupo:					
Decada Paralela, S.A.				11 907 291,50	52 252,55
Globaltermica, S.A.			2 095 799,44	35 447,50	
Framesteel Solutions, Lda.		139 421,53	1 711 157,95	37 514,25	
Pessoal chave da gestão:					
Administrador Bruno Soares					
Administrador Pedro Soares					
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	139 421,53	3 806 957,39	11 983 253,25	420 648,10

Relativamente à empresa Latitude Capital, SGPS, S.A., as transações efetuadas relativas a investimento foram:

Empréstimos concedidos	2.442.000,00
Juros debitados	339.745,55
Imposto de selo debitado	28.650,00
Recebimentos referentes aos empréstimos concedidos	-1.900.000,00
TOTAL	910.395,55

Relativamente à empresa Decada Paralela, S.A., o valor de 52.252,55 euros refere-se a juros debitados referentes ao contrato de conta corrente.

Saldos				
31-12-2025				
Operacionais			Investimento	
Partes relacionadas	Saldos pendentes ativos	Saldos pendentes passivos	Saldos pendentes ativos	Saldos pendentes passivos
Empresa-mãe:				
Latitude Capital, SGPS, S.A.	2 152,50		13 495 520,49	
Empresa do grupo:				
Decada Paralela, S.A.	20 362 058,53			
Globaltermica, S.A.	8 433,00	118 910,49		
Framesteel, Lda.	246 096,24	745 507,37		
Terraço Sazonal, Lda.				
Estátuas Avultadas, Lda.	131 968,68			
Esboços do Século, Lda.				
Portadas Altivas, Lda.				
Realce Vanguardista, Lda.				
Paralelo Renascido, Lda.				
Pessoal chave da gestão:				
Administrador Bruno Soares		403,51		
Administrador Pedro Soares		174,00		
Administrador Miguel Ferreira	187,43			
Administrador Bruno Torre		174,03		
	0,00	577,54	0,00	0,00
TOTAL	20 618 740,27	864 995,40	13 495 520,49	0,00

Saldos				
31-12-2024				
	Operacionais		Investimento	
Partes relacionadas	Saldos pendentes ativos	Saldos pendentes passivos	Saldos pendentes ativos	Saldos pendentes passivos
Empresa-mãe:				
Latitude Capital, SGPS, S.A.	307,50		13 189 917,12	
Empresa do grupo:				
Decada Paralela, S.A.	7 943 060,26		39 189,41	
Globaltermica, S.A.	13 240,00	610 332,57		
Framesteel, Lda.	21 249,43	178 821,01		
Pessoal chave da gestão:				
Administrador Bruno Soares		665,61		
Administrador Pedro Soares				
	0,00	665,61	0,00	0,00
TOTAL	7 977 857,19	789 819,19	13 229 106,53	0,00

Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social:

A sociedade tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

Honorários faturados em 2025 pela sociedade Veloso & Associados – SROC, Lda.

- relativos à certificação legal das contas: 11.935,50 euros + IVA; e,
- relativos a outros serviços: 5.000,00 euros + IVA.

Transações com ações próprias (Alínea d) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais):

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, informamos que, durante o período de 2025, a empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2025.

Aplicação dos resultados

No relatório de gestão, a Administração propõe que ao resultado líquido do exercício no montante de 7.978.732,89 euros, seja dada a seguinte aplicação:

Reservas legais	398.936,64 euros
Reservas livres	7.579.796,25 euros

27. Ativos e Passivos Contingentes

A Teixeira, Pinto & Soares, S.A. possui passivos contingentes, relacionados com a sua atividade, no entanto não se estima que estes possam vir a representar quaisquer responsabilidades relevantes para a empresa.

Processos judiciais em curso:

- ✓ Processo 271/19.9T8LSB instaurado pelo Cassiano Martins e outros à Lisboagás na sequência de uma explosão ocorrida na via pública que derivou a danos nas suas habitações;
- ✓ Ação Processo Comum 20938/23.6T8PRT instaurado por José Montenegro e Leopoldina Montenegro contra TPS e Terraço Sazonal;
- ✓ Ação Processo Comum 19037/24.878PRT instaurado pela Casa dos Reis – Imóveis e Serviços, S.A..

Processos inspetivos em curso:

- ✓ Procedimento de inspeção interno n.º OI202600622 da Autoridade Tributária (AT), com âmbito parcial ao IVA, referente ao período de dezembro de 2025; e,
- ✓ Procedimento de inspeção interno n.º OI202501403 da Autoridade Tributária (AT), com âmbito parcial ao IRC, referente ao período de 2023.

Relativamente a eventuais processos de inspeção da Autoridade Tributária (AT) relacionado com liquidação de IVA à taxa reduzida, por aplicação da verba 2.23 da tabela I anexa ao Código do IVA é nossa estimativa que não são esperadas correções materiais. Adicionalmente, em caso de correções, é nossa convicção que será possível repercutir o imposto em falta aos clientes.

28. Outras informações

O ano de 2025 e o início de 2026, continua a ser marcado por tensões geopolíticas, com a continuação da guerra na Ucrânia e no Médio Oriente, bem como a guerra comercial impulsionada por políticas protecionistas dos Estados Unidos, podendo intensificar pressões inflacionistas e comprometer a estabilidade económica mundial.

O início de 2026 está também a ser marcado pela subida constante dos combustíveis, tendo em conta a elevada exposição do setor da construção aos custos energéticos.

Até ao momento não se verificaram impactos significativos, quer ao nível da atividade operacional e financeira da empresa, quer ao nível de imparidades, não sendo esperadas alterações relevantes ao longo do ano 2026. Deste modo, o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras mantém-se apropriado.

O órgão de gestão na elaboração das suas estimativas, nomeadamente no que se refere a imparidades de ativos e à recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos, utilizou as suas previsões mais atualizadas, incluindo as incertezas decorrentes dos conflitos existentes, quer na Ucrânia, quer no Médio Oriente.

No ano de 2025, foram deduzidos ao rendimento os seguintes Benefícios Fiscais:

- Remuneração Convencional do capital social, no montante de 140.000,00 euros; e,
- Incentivo à Capitalização de Empresas, no montante de 433.240,16 euros.

Em 2025, foi deduzido à coleta o Benefício Fiscal referente ao SIFIDE II, no montante de 487.500,00 euros.

29. Data de autorização para emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 27 de março de 2026.

A Administração	O Contabilista Certificado

**CERTIFICAÇÃO
LEGAL DAS CONTAS**

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

